

Cartório do 10º Ofício de Notas, Reg. Civil e Protesto, Tit. e Doc. e Pes. Jurídicas do Núcleo Bandeirante-DF. Documento registrado sob o nº 00655615

CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES Nº 028 /2017/ PGFN/CAF
Processo SEI nº 17944.102838/2017-36

Controle Interno CEDAE
Contrato n.º 086 / 2018 de
Penhor de Ações.

Proc. Nº 627/100059/2018
Data do Início 15/01/2018
Folha 23
Rúbrica [assinatura]

CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A **UNIÃO** E O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**.

A **UNIÃO**, representada, neste ato, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional ao final identificado(a), no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 713, de 4 de julho de 2017, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designado, simplesmente, **ESTADO**, representado, neste ato, pelo Governador do Estado, **LUIZ FERNANDO DE SOUZA**,

CONSIDERANDO:

I – a celebração entre o **ESTADO** e o BNP Paribas Brasil S.A. do Contrato de Mútuo, adiante denominado **CONTRATO DE MÚTUO**, no valor de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), firmado no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017;

II – a celebração do Contrato de Garantia entre a **UNIÃO** e o **ESTADO**, com a interveniência do BNP Paribas Brasil S.A. e do TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., através do qual a **UNIÃO** se compromete como garantidora do **ESTADO** no **CONTRATO DE MÚTUO**;

III – o disposto no § 2º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, o qual estabelece que, na operação de crédito a ser contratada com a finalidade de antecipação de receita de privatização de empresas, o **ESTADO** oferecerá, em benefício da **UNIÃO**, penhor das ações da empresa a ser privatizada no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal;

IV – o **ESTADO**, além das receitas de que trata o art. 155 e os recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, “a”, e II, todos da Constituição Federal, oferece em penhor de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações de emissão da Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE de que é titular, a fim de assegurar o pagamento de quaisquer quantias que a **UNIÃO** vier a despendar em decorrência de inadimplência do **ESTADO** no **CONTRATO DE MÚTUO**; e

V – o despacho do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, exarado nos autos do Processo SEI nº 17944.102838/2017-36, autorizando a celebração do presente instrumento contratual.

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Penhor de Ações, doravante denominado **CONTRATO**, em razão da celebração do Contrato de Garantia entre o **ESTADO** e a **UNIÃO**, com a interveniência do BNP Paribas Brasil S.A. e do TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., e da celebração do **CONTRATO DE MÚTUO** entre o **ESTADO** e o BNP Paribas Brasil S.A., nos seguintes termos e condições.

SEM EFEITO
Cartório do 10º Ofício de Notas, Reg. Civil e Protesto, Tit. e Doc. e Pes. Jurídicas do Núcleo Bandeirante-DF. Documento registrado sob o nº 00655615

[assinatura]
Ana Paula
PGFN
[assinatura]
Fernanda
PGFN/CAF

607/00059/2018
Data do Início 15/01/2018
Folha 24
Rúbrica

CLÁUSULA PRIMEIRA – PENHOR DAS AÇÕES – Para assegurar o pagamento de quaisquer quantias que a **UNIÃO** vier a despendar em decorrência de inadimplência do **ESTADO** no **CONTRATO DE MÚTUO**, o **ESTADO** dá em penhor, como contragarantia, em favor da **UNIÃO**, em conformidade com os arts. 1.431 e seguintes do Código Civil e 39 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações nominativas do capital social da Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE, de titularidade do **ESTADO**, doravante denominadas **AÇÕES**, na forma a seguir:

I – em primeiro grau, 79,99% (setenta e nove inteiros, e noventa e nove centésimos por cento) das ações ordinárias nominativas do capital social da CEDAE, de sua titularidade; e

II – em segundo grau, 20,00% (vinte inteiros por cento) das ações ordinárias nominativas do capital social da CEDAE, de sua titularidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao **ESTADO**, às suas expensas e no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de assinatura deste instrumento, providenciar a averbação do presente **CONTRATO** no Livro de Registro de Ações Nominativas da CEDAE, de acordo com os termos do art. 39 da Lei nº 6.404, de 1976, e dos arts. 1.432 e 1.452 do Código Civil, obrigando-se a entregar, no mesmo prazo, cópia autenticada da averbação contemplada à **UNIÃO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas da CEDAE deverá ter a seguinte anotação:

I – “79,99% (setenta e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações ordinárias nominativas de emissão da CEDAE foram empenhadas, em primeiro grau, em favor da **UNIÃO**, nos termos do Contrato de Penhor de Ações nº _____ de _____ de _____, arquivado na sede do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**”; e

II – “20,00% (vinte inteiros por cento) das ações ordinárias nominativas de emissão da CEDAE foram empenhadas, em segundo grau, em favor da **UNIÃO**, nos termos do Contrato de Penhor de Ações nº _____ de _____ de _____, arquivado na sede do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**”.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para atender ao disposto no artigo 1.424 do Código Civil, o crédito garantido pelo presente Contrato de Penhor de Ações é o decorrente da honra do Contrato de Garantia a ser celebrado entre a **UNIÃO** e o **ESTADO**, com a interneniência do BNP Paribas Brasil S.A. e do TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso da aquisição de novas ações de emissão CEDAE, pelo **ESTADO**, durante a vigência do presente **CONTRATO**, seja na forma dos arts. 167, 168, 169 e 170 da Lei nº 6.404, de 1976, seja por força de desmembramentos ou grupamentos das **AÇÕES**, seja por consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas, às quais, uma vez adquiridas pelo **ESTADO**, ficará automaticamente estendido o presente penhor, de forma a manter o percentual de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações ordinárias nominativas, aplicando-se a estas todos os termos e condições deste **CONTRATO**, passando as mesmas a integrar a definição de **AÇÕES** para todos os fins e efeitos deste **CONTRATO**.

SEM EFEITO

Fernanda
PGFN/CAF
Ana Paula
PGFN

PARÁGRAFO QUINTO – No prazo de 10 (dez) dias úteis após a ocorrência de quaisquer das hipóteses mencionadas no Parágrafo Quarto da presente Cláusula, o **ESTADO** obriga-se a enviar notificação à **UNIÃO**, por escrito, na forma do Anexo I a este **CONTRATO**, informando a ocorrência daqueles eventos, a qual deverá ser acompanhada dos documentos que comprovem o cumprimento das obrigações previstas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – Os 20,00% (vinte inteiros por cento) das ações ordinárias nominativas da CEDAE, de titularidade do **ESTADO**, figurarão como penhor de segundo grau em relação à União, na forma do presente **CONTRATO**, e de primeiro grau em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da garantia prestada no Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0584.1, assinado em 10 de agosto de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES – O **ESTADO** declara e garante que:

I – com exceção da garantia informada no Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira deste **CONTRATO**, as **AÇÕES** estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame e não pende sobre elas qualquer litígio, ação, processo, investigação ou procedimento, judicial ou extrajudicial;

II – as **AÇÕES** estão devidamente registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas da CEDAE em nome do **ESTADO**;

III – não é necessária a obtenção de aprovação governamental ou quaisquer outros consentimentos, aprovações ou notificações, com relação à criação e à manutenção do penhor sobre as **AÇÕES** de acordo com este **CONTRATO**.

IV – não há no Estatuto Social da CEDAE, ou em eventuais acordos de seus acionistas ou quaisquer outros documentos, qualquer restrição à alienação fiduciária, ao penhor ou à venda das **AÇÕES**, desde que obedecidos os ditames do art. 68, § 2º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; e

V – Por meio da Carta DIR7 nº 03/2017, de 04 de dezembro de 2017, o BNDES formalizou sua anuência em relação a este **CONTRATO**, tendo em vista o **CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES** nº 09.2.0584.2, celebrado, em 25 de setembro de 2009, entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, através do qual o **ESTADO** empenhou ao BNDES, em primeiro grau, 20,00% (vinte inteiros por cento) das ações ordinárias nominativas do capital social da CEDAE, de titularidade do **ESTADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES – Até a final liquidação das obrigações garantidas, o **ESTADO**:

I – com exceção da garantia informada no Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira deste **CONTRATO**, obriga-se a não constituir sobre as **AÇÕES** qualquer outro ônus ou gravame e a não vender, ceder, alugar, transferir ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte das **AÇÕES**;

II – renuncia expressamente a qualquer prerrogativa legal ou contratual com relação a terceiros, contrários à instituição do penhor sobre as **AÇÕES**, de acordo com este

CONTRATO, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos da **UNIÃO** ou impedir o **ESTADO** de cumprir as obrigações contraídas no presente **CONTRATO**;

III – renuncia expressamente a todos e quaisquer direitos de preferência ou opção que detenha em decorrência de acordos adicionais ou quaisquer outros acordos, com relação às **AÇÕES**, na hipótese de excussão do penhor objeto do presente **CONTRATO**; e

IV – compromete-se a manter a **UNIÃO** indene e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias):

- a) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte das **AÇÕES**, antes da alienação das referidas **AÇÕES**, por força da execução do penhor objeto do presente **CONTRATO**;
- b) referentes ou resultantes de qualquer violação pelo **ESTADO** de qualquer das declarações emitidas ou das obrigações assumidas neste **CONTRATO**; e
- c) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento do penhor sobre as **AÇÕES**, de acordo com este **CONTRATO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O **ESTADO**, desde já, concorda em tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão, do penhor das **AÇÕES**, obrigando-se a tudo praticar ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidas neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUARTA – DIREITOS DO ESTADO – O **ESTADO** poderá exercer livremente o direito de voto em relação às **AÇÕES**, nas Assembleias Gerais da CEDAE, ficando, contudo, ressalvada, nos termos do art. 113 da Lei nº 6.404, de 1976, a necessidade de prévio consentimento, por escrito, da **UNIÃO**, na hipótese de qualquer deliberação que possa afetar o cumprimento das obrigações do **ESTADO** previstas no **CONTRATO DE MÚTUO** ou em quaisquer outras garantias a ele relativas.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DO PENHOR – Ocorrendo o inadimplemento das obrigações garantidas ou declarado o vencimento antecipado do **CONTRATO DE MÚTUO**, a **UNIÃO** promoverá a execução judicial, independentemente de qualquer notificação prévia e obedecida a legislação aplicável, especialmente o art. 68, § 2º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 5º, *caput* e parágrafo único, da Lei Estadual nº 7.529, de 2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do penhor constituído neste **CONTRATO** não é impeditiva do exercício pela **UNIÃO** de outras garantias prestadas pelo **ESTADO** em razão do **CONTRATO DE MÚTUO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **ESTADO** compromete-se a cooperar com a **UNIÃO** na obtenção de quaisquer autorizações que se façam necessárias para a excussão do penhor constituído sobre as **AÇÕES** de acordo com este **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ocorrendo a execução do penhor, o produto obtido com a alienação das **AÇÕES** se prestará à amortização das dívidas decorrentes do **CONTRATO DE MÚTUO**. Frise-se, ainda, que o **ESTADO** vincula em contragarantia à União as receitas de que trata o art. 155, o art.

Cartório do 10º Ofício de Notas, Reg. Civil e Protesto, Tit. e Doc. e Pes. Jurídicas do Núcleo Bandeirante-DF. Documento registrado sob o nº 00655615

SEM EFEITO
Cartório do 10º Ofício de Notas, Reg. Civil e Protesto, Tit. e Doc. e Pes. Jurídicas do Núcleo Bandeirante-DF. Documento registrado sob o nº 00655616

Ana Paula Fernandes
PGFN PGFN/CAF

157 e a alínea “a” do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159 da Constituição Federal, podendo a **UNIÃO**, preliminarmente, utilizar esses recursos, em conformidade com o § 1º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, antes de executar o penhor das ações da CEDAE.

PARÁGRAFO QUARTO – Na hipótese de saldo excedente da operação de alienação das ações representativas do capital social da CEDAE, após a liquidação das obrigações financeiras oriundas do **CONTRATO DE MÚTUO**, tais recursos serão destinados ao abatimento de dívidas, por ordem de prioridade, observado o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e conforme o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 7.529, de 2017: dívidas refinanciadas com bancos federais garantidas pela União e dívidas do Estado com a União.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO ESPECÍFICA – As obrigações assumidas neste **CONTRATO** poderão ser objeto de execução específica por iniciativa da **UNIÃO**, nos termos do disposto nos arts. 497, 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar os direitos decorrentes do presente **CONTRATO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – A execução das obrigações deverá respeitar o disposto no o art. 68, § 2º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGISTRO – Obriga-se o **ESTADO** a proceder ao registro deste **CONTRATO** e de qualquer alteração no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de assinatura deste instrumento ou da respectiva alteração, bem como enviar uma via original devidamente registrada do **CONTRATO** e seus respectivos aditamentos à **UNIÃO**, imediatamente após a realização dos referidos registros.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA – O penhor ora constituído permanecerá em vigor a partir da data de assinatura do presente **CONTRATO** e até final liquidação das obrigações garantidas ou até a execução das **AÇÕES**, independentemente de qualquer alteração ou novação pactuada entre a **UNIÃO** e o **ESTADO** referente ao **CONTRATO DE MÚTUO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – A liberação do ônus constituído sobre as **AÇÕES** somente ocorrerá mediante o recebimento pelo **ESTADO** de Declaração de Quitação dada por escrito pela **UNIÃO**, que servirá como prova de pagamento para efeitos do artigo 1.437 do Código Civil, referente ao **CONTRATO DE MÚTUO**.

CLÁUSULA NONA – AUSÊNCIA DE RENÚNCIA OU NOVAÇÃO – Nenhuma ação ou omissão de qualquer das **PARTES** importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente **CONTRATO**. Os direitos e recursos previstos neste **CONTRATO** são cumulativos e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS – O **ESTADO** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, as **AÇÕES** ou, ainda, qualquer de seus direitos e obrigações previstos no presente **CONTRATO**, sem o prévio consentimento, expresso, da **UNIÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AUTONOMIA DAS CLÁUSULAS – Se qualquer disposição ou cláusula deste **CONTRATO** vier a ser considerada parcial ou integralmente ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todas as demais disposições e cláusulas permanecerão plenamente válidas e eficazes.

Proc. Nº 607/100559/2018
Data do Início 15/01/2018
Folha 28
Rúbrica

PARÁGRAFO ÚNICO – As **PARTES**, desde já, comprometem-se a negociar, no menor prazo possível, disposição ou cláusula que, conforme o caso, venha substituir a disposição ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação deverá ser considerado o objetivo das **PARTES** na data de assinatura deste **CONTRATO**, bem como o contexto no qual a disposição ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DESPESAS – Fica expressamente acordado entre as **PARTES** que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente **CONTRATO**, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração contratual serão de responsabilidade e correrão por conta do **ESTADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – NOTIFICAÇÕES – Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre as **PARTES**, relativamente ao presente **CONTRATO**, deverá ser feita por escrito e por correio eletrônico, endereçadas conforme instruções abaixo:

a) Se para a **UNIÃO**

Nome: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo, 1º Andar, Ala A, Brasília, DF, CEP 70048-900

At.: Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV

Telefone: +55 61 3412 3518

Fax: +55 61 3412 1461

E-mail: geror.codiv.df.stn@tesouro.gov.br

b) Se para o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 670, Av. Presidente Vargas, 670, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001

At.: Subsecretaria de Finanças

Telefone: +55 21 2334 4592

Fax: +55 21 2334 4535

E-mail: subfin@fazenda.rj.gov.br

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Qualquer alteração no endereço, número de fax ou nome do departamento ou pessoa a quem é dirigida a notificação deverá ser comunicada às **PARTES**, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Qualquer notificação ou comunicação nos termos deste **CONTRATO** será válida e considerada entregue na data de recebimento, conforme comprovado por meio de protocolo assinado pela parte a qual seja entregue ou, em caso de transmissão por fax ou correio, com aviso de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUCESSORES – Este **CONTRATO** obriga as **PARTES** e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, observado o disposto na Cláusula Décima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO – Compete ao Supremo Tribunal Federal dirimir as questões porventura resultantes do presente **CONTRATO**.

LFM

Fernanda
Ana Paula
PGFN

Cartório do 10º Ofício de Notas, Reg. Civil e Protesto, Tit. e Doc. e Pes. Jurídicas do Núcleo Bandeirante-DF. Documento registrado sob o nº 00655615

E, assim, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias, de igual teor.

Proc. Nº 607/100059/2018
Data do Início 15/12/2018
Folha 29
Rúbrica [assinatura]

Brasília, 14 de dezembro de 2017.

[assinatura]
UNIÃO

[assinatura]
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

[assinatura]
Fernanda
PGFN/CAF

1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E
PROTESTO, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DO DF
Hercules Alexandre da Costa Benício
Oficial
Av. Central, A/E 19, Lt H/I, Loja 1/3
Cep: 71710-585 - Núcleo Bandeirante-DF

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Documento Protocolizado e Registrado
em Títulos e Documentos sob o nº
00655616, no livro BE-32. Dou fé.

Brasília-DF, 14/12/2017.

() Lídia de M. Hernandez - Escrevente
() Flávio Rezende Rios - Escrevente
() Danilo A. de C. Lopes - Escrevente

Selo nº TJDF20170170401452WGWL
Consulte www.tjdft.jus.br

1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E
PROTESTO, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DO DF
Hercules Alexandre da Costa Benício
Oficial
Av. Central, A/E 19, Lt H/I, Loja 1/3
Cep: 71710-585 - Núcleo Bandeirante-DF

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Documento Protocolizado e Registrado
em Títulos e Documentos sob o nº
00655615, no livro BE-32. Dou fé.

Brasília-DF, 14/12/2017.

() Lídia de M. Hernandez - Escrevente
(X) Flávio Rezende Rios - Escrevente
() Danilo A. de C. Lopes - Escrevente

Selo nº TJDF20170170401447BLGZ
Consulte www.tjdft.jus.br

Proc. Nº 627/100059/2018
Data do Início 15/01/2018
Folha 30
Rúbrica [assinatura]

ANEXO I

MODELO DE NOTIFICAÇÃO

A Sua Senhoria
Coordenador(a)-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV
Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo, 1º Andar, Ala A, Brasília, DF, CEP 70048-900

Contrato de Mútuo nº [.]

Prezados Senhores,

Nos termos do Contrato de Penhor de Ações nº [.] , que, entre si, celebram o Estado do Rio de Janeiro e a União, formalizado em [.] de dezembro de 2017, e em conformidade com o estipulado nos Parágrafos Quarto e Quinto da Cláusula Primeira, notifica-se a União acerca do evento [.] .

Declaramos, ainda, o cumprimento do previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do Contrato de Penhor de Ações em epígrafe, bem como encaminhamos documentos comprobatórios que o ratificam.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: _____

Cargo: Governador(a) do Estado do Rio
de Janeiro

Nome: _____

Cargo: Secretário(a) de Estado de Fazenda
e Planejamento do Rio de Janeiro

